



ENAJUS
Encontro de Administração da Justiça

João Pessoa
25 a 28 nov 2025

Construindo Ferramentas de Monitoramento e Avaliação no Sistema de Justiça: desenvolvimento da solução tecnológica e-TacVigil para monitoramento dos Termos de Ajustamento de Conduta no Ministério Público do Estado de Goiás

Eduardo Alves de Freitas (Universidade Federal de Goiás) e Diva Júlia Sousa da Cunha Safe Coelho (Universidade Federal de Goiás)

Inovações, inteligência artificial e tecnologias de informação e comunicação em Sistemas de
Justiça

RESUMO

Trata-se de pesquisa empírica realizada no âmbito do Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), cujo objeto é a análise dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) como instrumento da atuação autocompositiva do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO). Preliminarmente, com o intuito de compatibilizar o objeto de pesquisa com a Poliarquia Diretamente Deliberativa, modelo de democracia deliberativa voltada a efetivação da participação direta e social dos envolvidos nas decisões públicas, foi verificada a dificuldade de mapear quantitativamente os TACs celebrados pela instituição, sobretudo em razão da ausência de sistematização procedural e inconsistência nos registros administrativos no sistema eletrônico de registro de dados e documentos do MPGO. Assim, ante a situação de que os dados colhidos apontavam para uma sobrecarga de TACs empregados entre o ano de 2012 a 2023, houve a necessidade de isolarmos o procedimento administrativo de acompanhamento de TAC (PATAC) dos demais autos que estavam providos com TAC, considerando que a mencionada espécie de autos somente são instaurados após a celebração do acordo em outro procedimento de investigação, o que dava o diagnóstico de acordos duplicados, caso não houvesse esse tipo de tratamento dado. Diante dos resultados, principalmente levando-se em conta a diagnóstico da necessidade de procedimentos voltados à gestão documental no MPGO, especialmente aqueles direcionados à transparência e accountability, foi elaborado a ferramenta eletrônica e-TacVigil, voltada para o esclarecimento, em tempo real, das condições de tempo, lugar e fase, dos TACs que são praticados no MPGO. A ferramenta foi incorporada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público de Goiás e está sendo amplamente utilizada nos processos fiscalização dos procedimentos extrajudiciais que estão providos com TAC na instituição. O e-TacVigil foi construído por meio do Software “QlikSense”, surgindo tanto como uma solução técnica preliminar à coleta e análise dos dados para a pesquisa como uma ferramenta operacional recepcionada e aplicada no âmbito da instituição, ante a inexistência de um sistema ou mecanismo confiável para localizar, classificar e quantificar os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados no âmbito do Ministério



Universidade de Brasília



Universidade
Potiguar



1 2 9 0
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DGPJ DIREÇÃO-GERAL
DA POLÍTICA DE JUSTIÇA

Iluris Instituto de
Investigação
Interdisciplinar

AJUS Administração
da Justiça



InfoJus
Núcleo de Pesquisa em Informação,
Direito e Sociedade

LIOrg
LINGUAGEM, INSTITUIÇÕES
E ORGANIZAÇÕES



Público do Estado de Goiás (MPGO). Esse vazio informacional comprometia tanto a etapa de amostragem quanto a capacidade de análise qualitativa e estatística sobre a atuação resolutiva da instituição. A ferramenta foi concebida como um produto técnico da pesquisa, voltado à superação do desafio prático e metodológico que envolve tanto a pesquisa quanto a própria instituição. Foi possível perceber que a ferramenta proporcionou aos membros do MPGO a solução de um problema já verificado na prática, a falta de comunicabilidade sobre os acordos em tramitação em um órgão de execução, no caso de haver substituição da titularidade. Com o e-TacVigil, o Promotor de Justiça tem, em tempo real, todas as informações sobre os procedimentos e acordos que estão em andamento. Observou-se que tal solução foi determinante para a transparência dos métodos utilizados pela instituição, uma vez que qualquer integrante do Ministério Público de Goiás com login e senha no sistema interno, possui instantaneamente a informação a respeito de todos os autos providos com TAC na Promotoria de Justiça selecionada. Dessa forma, o objetivo central da ferramenta é permitir a sistematização, organização e extração de dados sobre os TACs celebrados no âmbito do MPGO, a partir da análise dos procedimentos administrativos de acompanhamento (PATAC). Com isso, a contribuição foi além da produção acadêmica, invadindo a seara institucional interna, se concentrando no aprimoramento da gestão e do controle dos instrumentos de atuação resolutiva. O e-TacVigil se estrutura como uma plataforma de organização e extração de dados, desenvolvida com fundamento em planilha automatizada com macros e filtros inteligentes. Foi elaborado por meio do Software “QlikSense”, com a finalidade de, através de dashboards interativos e relatórios detalhados, monitorar e fiscalizar de forma abrangente a situação dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo Ministério Público do Estado de Goiás, tendo como funcionalidades: a) Monitoramento em tempo real – possibilidade de acompanhar o status dos TACs, identificando rapidamente os acordos que necessitem de atenção; b) Relatório Personalizados – possibilidade de gerar relatórios detalhados conforme as necessidades específicas, facilitando a tomada de decisões; c) Redirecionamento automático do procedimento selecionado ao sistema Atena, para o devido acompanhamento e análise; e d) Análise e Tendências – identificação de padrões no cumprimento dos TACs, auxiliando na formulação de estratégias de intervenção. Com a aplicação do e-TacVigil também mostrou-se eficiente a extração de dados concernentes aos acordos que estão sendo praticados no MPGO. Dessa forma, afirma-se que a ampliação dos métodos de monitoramento e fiscalização dos procedimentos providos com TAC no MPGO, foi percebida instantaneamente à inserção da ferramenta ao acervo da Corregedoria-Geral do MPGO. Como repercussão, espera-se a replicação do método em outras unidades, considerando que o potencial da ferramenta abrange sua replicação em qualquer Ministério Público Estadual, considerando que a simplicidade da estrutura, aliada à sua eficácia, favorece sua adoção sem custos adicionais ou necessidade de complexas adaptações tecnológicas. Ademais, registra-se então que a ferramenta eletrônica se encontra em plena utilização, tendo sido incorporado como modelo de controle documental e de governança no âmbito do MPGO, especialmente por parte do Órgão Correcional interno.



ENAJUS
Encontro de Administração da Justiça

João Pessoa
25 a 28 nov 2025

Palavras-Chave: e-TacVigil; Ferramenta Eletrônica; Monitoramento; Termo de Ajustamento de Conduta; MPGJ.

Referências

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Recomendação n.º 54, de 28 de novembro de 2017. Dispõe sobre a atuação resolutiva dos membros do Ministério Público. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. Resolução n.º 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça. Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos administrativos extrajudiciais no âmbito do MPGJ. Goiânia: MPGJ, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. Manual de Boas Práticas para o uso do Termo de Ajustamento de Conduta. Goiânia: MPGJ, 2025. (documento interno, disponibilizado pela Coordenação de Pesquisa).

BUCCI, Maria Paula Dallari. Política pública como categoria jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COHEN, Joshua. Procedure and Substance in Deliberative Democracy. In: BENHABIB, Seyla (org.). Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 95-119.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.



INSTITUTO BRASILEIRO DE
ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS

Universidade de Brasília



Universidade
Potiguar



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DGPJ DIREÇÃO-GERAL
DA POLÍTICA DE JUSTIÇA



GEJUD
Grupo de Pesquisa
Gestão, Desempenho e
Efetividade do Judiciário



InfoJus
Núcleo de Pesquisa em Informação,
Direito e Sociedade



LIOrg
LINGUAGEM, INSTITUIÇÕES
E ORGANIZAÇÕES